



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS 2023

[www.reditus.pt](http://www.reditus.pt)

## NOTA INTRODUTÓRIA

Em 2021, na sequência de uma instrução vinculativa emanada pela CMVM e dirigida à REDITUS, S,G.P.S., SA (à época “sociedade aberta” cotada na Euronext Lisboa) as suas participadas foram obrigadas a reconhecer imparidades de cerca de 25 milhões de euros e cerca de 34 milhões de euros, relacionadas com saldos por receber de clientes Angolanos “SIMPORTEX” (FAA`S) e “DINOVANG”, respectivamente, com repercussão nos capitais próprios da Reditus SGPS.

Em face de tal imposição, a Reditus SGPS apresentava assim em 2022 capitais próprios negativos de valor muito elevado.

A actividade no território nacional não conseguia, por si só, assegurar volume e margem para inverter essa situação.

O turnaround dependia, portanto, do sucesso da actividade internacional, em particular na concretização dos negócios em Angola, nomeadamente a Fase IV do Projecto de Expansão e Desenvolvimento da Rede Privada do Sector de Defesa para o Ministério da Defesa de Angola (Forças Armadas Angolanas), no valor estimado de 87 milhões de euros, e o Projecto de Gestão Integrada de Informação, Gestão Processual e Desmaterialização dos Tribunais em Angola para o Conselho Superior da Magistratura Judicial de Angola, no valor estimado de 61 milhões de euros.

As empresas participadas tinham já investido elevados montantes na Fase IV do projecto das Forças Armadas Angolanas.

Durante o ano de 2024 desenvolveram-se negociações para o outro projecto de grande dimensão, para o Conselho Superior da Magistratura Judicial de Angola.

Em finais de 2024, a Sociedade ALL2IT foi informada pela SIMPORTEX e pelo Ministério da Defesa de Angola (entidade contratante) que a Fase IV do projecto das Forças Armadas Angolanas não seria contratado e executado pelas empresas do Grupo Reditus.

No decurso do 1º semestre de 2025 as negociações para o projecto do Conselho Superior da Magistratura Judicial de Angola não avançaram significativamente, não havendo perspectiva de qualquer concretização de negócio a ser celebrado com o Grupo Reditus que possa resultar em contrato nos próximos tempos.

Entretanto a situação financeira de várias empresas participadas degradou-se e, não sendo possível contar com os contratos em Angola, a Reditus Gestão, deliberou apresentar à insolvência as empresas participadas:

- ALL2IT, a qual foi declarada insolvente por sentença do passado dia 07.10.2025, no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juiz 1, Processo n.º 14877/25.3T8LSB
- Techinfor
- Reditus Consulting
- Partblack

Em consequência dessa deliberação, tendo em conta que aquelas empresas são detidas a 100% pela Reditus Gestão, que é assim responsável pelos elevados passivos das mesmas, a Reditus Gestão igualmente deliberou apresentar-se à insolvência.

A par da All2IT, também a Reditus Gestão foi declarada insolvente por sentença datada de 07.09.2025, a correr termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juiz 5, Processo n.º 16508/25.2T8LSB.

O fecho das contas de 2023 dessas empresas, que tinha sido efectuado numa perspectiva de continuidade das operações, teve de ser feito, agora numa perspectiva de liquidação, designadamente anulando todos os custos diferidos e acréscimos de proveitos relacionados com os projectos de Angola e reavaliando o respectivo Goodwill das participadas.

Por último cumpre ainda informar, que face à renúncia dos administradores

- Fernando Fonseca Santos em 25-11-2024 com efeitos a partir de 31-12-2024;
- José-Luís Pagés em 31-12-2024 com efeitos a partir de 31-01-2024;
- José António Gatta em 31-01-2025 com efeitos a partir de 28-02-2025;
- Hélder Matos Pereira em 23-06-2025 com efeitos a partir de 31-07-2025;

o Conselho de Administração da Reditus SGPS não tem quórum constitutivo e deliberativo, pelo que as contas apresentadas não foram aprovadas pelo Conselho.

Após vários meses de trabalhos de auditoria, também o Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da Reditus Gestão e suas participadas renunciou ao cargo, invocando a inexistência de Órgão de Administração nomeado nos termos legais e estatutários, não emitindo, consequentemente, a certificação legal de contas dessas empresas.

**REDITUS, SGPS, S.A.**  
**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
*(Montantes expressos em euros)*

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2023	31 de dezembro 2022
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	7 800	7 800
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	4 469 331	3 661 982
Ativos por impostos diferidos	8	2 781 719	1 029 765
Total do ativo não corrente		7 258 850	4 699 547
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9		402 549
Estado e outros entes públicos	15	27 042	11 576
Outros créditos a receber	9	98 064 370	30 213 406
Diferimentos	10	3 886	377
Ativos financeiros detidos para negociação	11	5 173	5 173
Caixa e depósitos bancários	4	30	30
Total do ativo corrente		98 100 501	30 633 112
<b>Total do ativo</b>		105 359 351	35 332 658
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	12	14 638 691	14 638 691
Ações (quotas) próprias	12	(255 183)	(255 183)
Prémios de emissão	12	9 952 762	9 952 762
Reservas legais	12	2 086 160	2 086 160
Outras reservas	12	2 726 322	2 726 322
Resultados transitados	12	(31 342 153)	(34 017 564)
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	12	(64 118 299)	(73 271 628)
Excedentes de revalorização		5 939	5 939
		(66 305 761)	(78 134 502)
Resultado líquido do período		(160 017 272)	2 675 412
<b>Total do capital próprio</b>		(226 323 033)	(75 459 090)
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	7	191 110 188	41 324 454
Financiamentos obtidos	13	20 274 073	
Estado e outros entes públicos	15	2 853 219	2 853 219
Total do passivo não corrente		214 237 479	44 177 673
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	1 008 955	800 018
Estado e outros entes públicos	15	8 920 830	9 567 176
Financiamentos obtidos	13	103 415 693	53 915 915
Outras dívidas a pagar	14	4 099 428	2 330 967
Total do passivo corrente		117 444 905	66 614 075
<b>Total do passivo</b>		331 682 384	110 791 748
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		105 359 351	35 332 658

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**REDITUS, SGPS, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

*(Montantes expressos em euros)*

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2023	31 de dezembro 2022
Vendas e serviços prestados	18		20 000
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	(158 131 713)	3 904 359
Fornecimentos e serviços externos	16	(104 754)	(146 460)
Gastos com o pessoal	17	(59 944)	(41 720)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9		
Outros rendimentos	18	10 001	1 329
Outros gastos	19	(12 937)	(414 156)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		(158 299 347)	3 323 352
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(158 299 347)	3 323 352
Juros e rendimentos similares obtidos	20	54 421	450 121
Juros e gastos similares suportados	20	(2 002 861)	(1 112 733)
<b>Resultado antes de impostos</b>		(160 247 787)	2 660 741
Imposto sobre o rendimento do período	8	230 515	14 671
<b>Resultado líquido do período</b>		(160 017 272)	2 675 412

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**REDITUS, SGPS, S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL  
NO PERÍODO 2023**
*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Posição no início do período 2023</b>	12	14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(34 017 564)	(73 271 628)	5 939	2 675 412	(75 459 089)
<b>Alterações no período:</b>											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							2 675 412			(2 675 412)	-
Outras variações Capitais Próprios								9 153 329			9 153 329
		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(31 342 152)	(64 118 299)	5 939	-	(66 305 760)
<b>Resultado líquido do período</b>										(160 017 272)	(160 017 272)
<b>Resultado integral</b>										(160 017 272)	(226 323 032)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Outras operações											
<b>Posição no fim do período 2023</b>		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(31 342 152)	(64 118 299)	5 939	(160 017 272)	(226 323 032)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**REDITUS, SGPS, S.A.**
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL  
NO PERÍODO 2022**
*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
<b>Posição no início do período 2022</b>	12	14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(23 130 964)	(56 028 016)	5 939	(3 373 692)	(53 377 981)
<b>Alterações no período:</b>											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício							(3 373 692)			3 373 692	-
Outras variações Capitais Próprios							(7 512 908)	(17 243 612)			(24 756 520)
		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(34 017 564)	(73 271 628)	5 939	-	(78 134 501)
<b>Resultado líquido do período</b>										2 675 412	2 675 412
<b>Resultado integral</b>										2 675 412	(75 459 089)
<b>Operações com detentores de capital no período</b>											
Outras operações											
<b>Posição no fim do período 2022</b>		14 638 691	(255 183)	9 952 762	2 086 160	2 726 322	(34 017 564)	(73 271 628)	5 939	2 675 412	(75 459 089)

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## REDITUS, SGPS, S.A.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		53 574	20 000
Pagamentos a fornecedores		(63 706)	(4 900)
Pagamentos ao pessoal		(106 958)	(157 584)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(117 089)</b>	<b>(142 484)</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento			(105 033)
Outros recebimentos / pagamentos		(811 940)	539 002
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>(929 029)</b>	<b>291 485</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros			24
Outros ativos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>-</b>	<b>24</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			(1 181 511)
Financiamentos obtidos Grupo		(53 499)	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Financiamentos obtidos Grupo		982 277	889 620
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>928 778</b>	<b>(291 891)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(252)</b>	<b>(382)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>(14 985)</b>	<b>(14 603)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>(15 237)</b>	<b>(14 985)</b>

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros)

### 1 NOTA INTRODUTÓRIA

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, constituída em 1966 e com sede social em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 125 loja 2 1050-052.

As demonstrações financeiras e as notas anexas são apresentadas em euros.

As presentes demonstrações financeiras referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos do normativo legal em vigor. Contudo, a Empresa também preparou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela UE, para publicação em separado nos termos da legislação em vigor.

### 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras individuais da Reditus, SGPS, SA, foram preparadas com base no princípio do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas participadas, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites nos países de cada participada, ajustados no processo, de modo a assegurar que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as Normas de Relato Financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelo das demonstrações financeiras);
- Portaria nº 2018/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas).

A Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2023 e de 2022 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

## 2.2 Comparabilidade

No exercício de 2022 foi efetuado o reconhecimento em Resultados Transitados, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores conforme definidos na NCRF 4, das seguintes situações:

Os ajustamentos de ativos financeiros estão influenciados pela aplicação do MEP. Os principais ajustamentos referem-se aos seguintes temas:

- Na Techinfor foi efetuado o desreconhecimento de rendimentos a reconhecer relativos a clientes de Angola, respeitante a exercícios anteriores a 2021, no montante de € 24 850 000;
- Na All2IT foi revertida a imparidade com o cliente Simportex no montante de € 29.006.989, (sendo que €18.148.826 foram considerados em Resultado transitado e €10.858.163 em resultado do exercício);
- Na Reditus Consulting foi constituída imparidade de saldos da Guiné e Moçambique, no montante de € 1.705.958€ e € 1.977.218, respetivamente. Registados juros da Segurança Social e Autoridade Tributária no valor de € 427.900 (sendo que €346.995 foram considerados em Resultado transitado e €80.905 em resultado do exercício);
- Na Partblack foram registados juros da Segurança Social e Autoridade Tributária no valor de € 3.701.613 (sendo que €3.134.823 foram considerados em Resultado transitado e €566.790 em resultado do exercício);

Relativamente à Reditus SGPS foram registados os seguintes ajustamentos relevantes:

- Reconhecimento da quantia exequenda dos processos fiscais e liquidações adicionais relacionadas com IRC no valor de €4.928.627 (Nota 12 e 15);
- Reconhecimento dos juros da Autoridade Tributária no valor de € 2.984.304, relativos aos processos atrás descritos.

Em 2023, os ajustamentos de ativos financeiros estão influenciados pela aplicação do MEP. Os principais ajustamentos referem-se aos seguintes temas:

- Na Techinfor foi efetuado o desreconhecimento de gastos a reconhecer, respeitante a exercícios anteriores a 2022, no montante de 38.059.860€;
- Na ALL2IT foi efetuado o desreconhecimento de gastos a reconhecer, respeitante a exercícios anteriores a 2022, no montante de 2.332.684€;

- Na ALL2IT foi efetuado o desreconhecimento de acréscimos de rendimentos, respeitante a exercícios anteriores a 2022, no montante de 2.596.374€;
- Na Partblack foi efetuado o desreconhecimento de acréscimos de rendimentos, respeitante a exercícios anteriores a 2022, no montante de 39.320.191€;
- Na Partblack foi efetuado o desreconhecimento de gastos a reconhecer, respeitante a exercícios anteriores a 2022, no montante de 6.177.990€.

### 3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

#### 3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras e as notas anexas foram preparadas com base no princípio do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

#### 3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista,

reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **3.3. Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com patentes, software (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **3.4. Imparidade de Ativos Tangíveis e Intangíveis, Exceto Goodwill**

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A

taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registrada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

### **3.5. Participações Financeiras**

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registradas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registradas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registradas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registrada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

### **3.6. Instrumentos Financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outros créditos a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

### Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade dos créditos a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

### Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

## Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

## Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

## Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

## 3.7. Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

## 3.8. Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

## 3.9. Provisões e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

### **3.10. Locações**

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

### **3.11. Rédito**

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um crédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do crédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O crédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O crédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### **3.12. Impostos**

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### **3.13. Regime do acréscimo**

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registrados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar”, respectivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registrados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respectivamente.

### **3.14. Julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizados julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

#### **(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis**

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

#### **(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outros créditos a receber.

#### **(iii) Impostos diferidos**

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

#### **(iv) Provisões**

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das

originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

### 3.15. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2023	2022
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	30	30
	<u>30</u>	<u>30</u>
Descobertos bancários (Nota 13)	(15 267)	(15 015)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	<u>(15 237)</u>	<u>(14 985)</u>

## 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2023							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial			15 961	323 602	322 446	3 135		665 143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15 961	323 602	322 446	3 135		665 143
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial			15 961	323 602	317 046	735		657 343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15 961	323 602	317 046	735		657 343
<b>Ativos líquidos</b>					5 400	2 400		7 800

	2022							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativos</b>								
Saldo inicial			15 961	323 602	322 446	3 135		665 143
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15 961	323 602	322 446	3 135		665 143
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>								
Saldo inicial			15 961	323 602	317 046	735		657 343
Depreciações do exercício								
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15 961	323 602	317 046	735		657 343
<b>Ativos líquidos</b>					5 400	2 400		7 800

Os ativos fixos tangíveis que permanecem com valor líquido positivo respeitam a obras de arte, as quais não sofrem depreciação.

## 6 LOCAÇÕES

### Locações operacionais:

Os gastos ocorridos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2023	2022
Pagamentos mínimos	-	26 659
	-	26 659

## 7 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 2.2):

	Sede	2023							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Empresas subsidiárias:</b>									
Reditus Imobiliária	Lisboa	801 739	367 158	434 581	-	(25 139)	100%	(25 139)	434 581
Reditus Gestão	Lisboa	10 055 790	198 165 978	(191 110 188)	1 543 259	(158 050 142)	100%	(158 050 142)	(191 110 188)
Tora	Lisboa	9 095 925	5 061 175	4 034 750	245 163	(56 432)	100%	(56 432)	4 034 750
								(158 131 713)	(186 640 857)

	Sede	2022							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
<b>Empresas subsidiárias:</b>									
Reditus Imobiliária	Lisboa	1 079 954	588 489	491 465	-	117 050	100%	117 050	491 465
Reditus Gestão	Lisboa	79 063 062	117 387 516	(41 324 454)	1 918 954	3 511 539	100%	3 511 539	(41 324 454)
Tora	Lisboa	9 092 875	5 922 358	3 170 517	979 226	275 770	100%	275 770	3 170 517
								3 904 359	(37 662 472)

- a) A 31 de dezembro de 2023, a participada Reditus Gestão tem registado um Goodwill para o qual foi constituída uma imparidade sobre o seu valor líquido no valor de 12.074.509€.

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022.

## 8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2023 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 dezembro de 2023 e 2022 é detalhado conforme segue:

## RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE

	2023	2022
Resultado antes de impostos	(1 103 276)	(702 611)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa	(231 688)	(147 548)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	1 173	1 045
Outros	-	-
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	-	-
	(230 515)	(146 504)
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores		
Gasto com impostos sobre o rendimento consolidado	-	131 832
Gasto com impostos sobre o rendimento	(230 515)	(14 671)

### Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2023		2022	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	2 498 415		746 461	
Outros	283 304	-	283 304	-
Saldo final	2 781 719		1 029 765	

Ano de Prejuízo Fiscal	Ano Limite para Dedução	Valor do Prejuízo por utilizar	Valor da Dedução
2018	2030	3 693 577	775 651
2019	2031	488 823	102 653
2021	2033	592 283	124 380
2022	2027	-1 220 104	-256 222
2023		8 342 641	1 751 955
		11 897 219	2 498 415

## 9 ATIVOS FINANCEIROS

### Cientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2023			2022		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	14 078	(14 078)	0	416 627	(14 078)	402 549
	14 078	(14 078)	0	416 627	(14 078)	402 549
Outros créditos a receber						
Pessoal a)	1 794 816	(1 774 188)	20 628	1 792 714	(1 774 188)	18 526
Deved. Por acrésc. Rendimentos	504 324		504 324	449 902		449 902
Devedores Grupo (Nota 13)	97 345 121		97 345 121	29 631 918		29 631 918
Outros Devedores	388 305	(194 007)	194 298	113 061		113 061
	100 032 565	(1 968 195)	98 064 370	31 987 595	(1 774 188)	30 213 406
	100 046 643	(1 982 273)	98 064 370	32 404 222	(1 788 266)	30 615 955

- a) Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis.

## 10 DIFERIMENTOS

### Diferimentos ativos

O valor dos diferimentos em 2023 e 2022 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras:

	2023	2022
Gastos a reconhecer	3 886	377
	3 886	377

## 11 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
Acções Millenniumbcp	1 577 846	1 577 846
Imparidade	(1 572 673)	(1 572 673)
	5 173	5 173

As 35.333 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 0,1464 euros.

## 12 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2023	2022
<b>Capital</b>		
Valor nominal	14 638 691	14 638 691
Reservas Legais	2 086 160	2 086 160
Outras Reservas	2 726 322	2 726 322
Resultados Transitados	(31 342 153)	(34 017 564)
Ajustamentos ativos financeiros	(64 118 299)	(73 271 628)
Excedentes de revalorização	5 939	5 939
<b>Ações/quotas próprias</b>	<b>(255 183)</b>	<b>(255 183)</b>
<b>Prémios / descontos</b>	<b>9 952 762</b>	<b>9 952 762</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(160 017 272)</b>	<b>2 675 412</b>
	<b>(226 323 033)</b>	<b>(75 459 090)</b>

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social é composto por 14.638.691 ações, com um valor nominal de 1,00€ cada, que se encontra totalmente subscrito e realizado.

### Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2023, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2023 a reserva legal ascendia a 2.086.160 €.

### Resultados Transitados

Nesta rubrica foram registados, em 2022, os seguintes ajustamentos:

- Reconhecimento da quantia exequenda dos processos fiscais e liquidações adicionais relacionadas com IRC no valor de €4.928.627;
- Reconhecimento dos juros da Autoridade Tributária no valor de € 2.584.282, relativos aos processos atrás descritos.

### Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros, decorre das variações dos capitais próprios das participadas (ver Nota 7).

	2023
Saldo Inicial	(73 271 628)
Ajustamentos em investimentos financeiros (nota 7)	9 153 329
Saldo final	<u>(64 118 299)</u>

	2022
Saldo Inicial	(56 028 016)
Ajustamentos em investimentos financeiros (nota 7)	(17 243 612)
Saldo final	<u>(73 271 628)</u>

#### Prémios de emissão

Os prémios de emissão a 31 de dezembro de 2023 ascendiam a 9.952.762 euros.

#### Capitais Próprios

Os capitais próprios apresentam-se negativos pelo que a Assembleia Geral de acionistas deverá tomar as medidas adequadas para a sua regularização.

## 13 PASSIVOS FINANCEIROS

#### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas de “fornecedores” e de “outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	1 008 955	800 018
Fornecedores, títulos a pagar		0
	<u>1 008 955</u>	<u>800 018</u>

#### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

	2023		2022	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Instituições financeiras:</b>				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	20 274 073		20 274 073	
Outros empréstimos a)	1 320 185		1 320 185	
	21 594 258	0	21 594 258	0
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	15 267		15 015	
	15 267	0	15 015	0
Total instituições financeiras	21 609 525	0	21 609 273	0
Outros empréstimos obtidos:				
Techinfor			1 964 942	
Reditus CIS	131 514		732 400	
Solidnetworks	437 792		524 146	
Reditus Consulting	1 420 470		1 447 100	
RBP	761 463		27 072 993	
JobValue	165 268		565 061	
Reditus Imobiliaria	275 257			
ALL2IT	12 890 411			
Partblack	76 640 670			
Simplexplain	748 000			
Tora	8 609 394			
Total outras entidades	102 080 241	0	32 306 641	0
	123 689 766	0	53 915 915	0

a) Os empréstimos com garantias existentes em 31 de dezembro de 2023 são:

- Empréstimo do Millennium BCP (cedido a entidade terceira do sector financeiro mediante a celebração de um “*Credit Assignment Agreement*” na data de 11 de janeiro de 2021”) com o capital em dívida de 19.170.000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações, atualmente convertidas para 35.333 ações do Millennium BCP e o penhor de 10.900.000 ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo do Novo Banco de 1.104.073 euros, tem como garantia uma penhora de 4º grau, sobre 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 2,75%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Pais do Amaral, Fernando Manuel Cardoso Malheiro Fonseca Santos, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta, transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% das detidas por cada um deles.

b) O empréstimo do Santander foi cedido a uma entidade terceira do sector financeiro, mediante a celebração de um Contrato de Compra e Venda de Créditos na data de 24 de junho de 2019, pelo montante de 1,320 milhões de euros.

Responsabilidade solidária da Reditus SGPS em financiamentos:

- Em 31 de dezembro de 2023 a Reditus SGPS, era solidariamente responsável em três financiamentos contraídos juntos do Novo banco, pelas sociedades, All2it Infocomunicações SA, Partblack, SA e Reditus Gestão, SA, que à data ascendiam aos montantes de 986.000€, 290.862€ e 5.586.720€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a Reditus Gestão nos financiamentos que esta mantém junto da Caixa Central de Crédito Mútuo, no ABANCA, na Caixa Económica Montepio Geral e na Parvalorem, nos montantes de 875.000€, 277.177€, 4.482.866€ e 71.753€, respetivamente;
- Adicionalmente era mantida responsabilidade solidária com a GTO Consulting, no montante de 1.005.109€, em operação de leasing imobiliário com o BCP. Este valor está incluído no PER da sociedade GTO Consulting;
- Era, ainda, mantida responsabilidade solidária com a TECHINFOR no financiamento que esta tem junto do banco Efisa no montante de 7.831.155€. Este montante está incluído no PER da sociedade TECHINFOR;

## 14 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas “Outras dívidas a pagar” e “Dívidas a pessoal” apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
<b>Corrente</b>		
Credores por acréscimos de gastos	3 627 924	2 111 758
Valores de pessoal	126 126	130 995
Outros credores	345 377	88 213
	<u>4 099 428</u>	<u>2 330 967</u>
	4 099 428	2 330 967

## 15 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		2 853 219		2 853 219
		<u>2 853 219</u>		<u>2 853 219</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a)		4 637 679		4 928 627
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta				
Estimativa de imposto		131 832		131 832
Retenção na Fonte		19 789	309	11 281
Retenção na Fonte - em mora				
Retenção na Fonte - Prestacional				-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		59 863		61 524
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		205 473		112 513
Imposto sobre o valor acrescentado	27 042	28 439	11 268	44 160
Contribuições para a Segurança Social		8 852		9 118
Prestacional				
Outros		2 019		2 019
Prestacional (misto)		835 934		1 275 151
Juros AT e Segurança Social		2 990 950		2 990 950
		<u>27 042</u>	<u>11 576</u>	<u>9 567 176</u>
		<u>8 920 830</u>		<u>9 567 176</u>

As dívidas dos IRC de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 foram revertidas pelo mecanismo de solidariedade para as empresas Reditus Consulting e SolidNetworks. As dívidas de IRC referentes aos exercícios de 2019 foram revertidas para a sociedade Reditus Business Products.

Não obstante as empresas Techinfor, SA e GTO, SA integrarem o consolidado do Grupo, o seu imposto não foi reportado para a empresa-mãe, tendo o mesmo sido contabilizado na própria empresa, porque no decorrer dos exercícios de 2019 e 2021 respetivamente, as empresas recorreram a um mecanismo legal de revitalização (Processo Especial de Revitalização). As dívidas em mora e contingências encontram-se divulgadas nas notas 22 e 23.

a) A Empresa procedeu a correções em sede de IRC no montante de cerca de 4,9 milhões de euros adicionado de juros e custas (cerca de 2,6 milhões de euros), com referência aos anos de 2005 a 2007 (cerca de 2,4 milhões de euros), aos anos de 2013 a 2015 (cerca de 2,3 milhões de euros), assim como a uma correção de IRC 2019, adicionado de coimas de IVA e IRC (cerca de 0,2 milhões euros).

## 16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

	2023	2022
Trabalhos especializados	48 810	66 878
Rendas e alugueres	0	26 659
Outros	9 555	2 809
Seguros	23 616	25 191
Água, eletricidade e combustíveis	7 853	8 410
Deslocações, estadas e transportes	6 346	7 858
Comunicação	7 271	5 206
Conservação e Reparação	1 303	3 449
	<u>104 754</u>	<u>146 460</u>

## 17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme segue:

	2023	2022
Remunerações do pessoal	48 794	34 047
Encargos sobre remunerações	10 833	7 375
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	218	206
Outros	99	92
	<u>59 944</u>	<u>41 720</u>

O número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram de dois colaboradores.

## 18 OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Prestação de serviços		20 000
Outros rendimentos	10 001	1 329
	<u>10 001</u>	<u>21 329</u>

A rubrica de “Outros rendimentos” respeita a correções de exercícios anteriores.

## 19 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Impostos	1	4 738
Correções de exercícios anteriores	1 785	190
Outros	11 152	409 227
	<u>12 937</u>	<u>414 156</u>

Em 2022 a rubrica “Outros” refere-se a juros estimados referentes à AT e Segurança Social.

## 20 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são conforme segue:

	2023		2022	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	1 416 397		745 288	
Mora e compensatórios	197 614		132 918	
Outros financiamentos	118 092	1 732 103	117 447	995 654
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos				
Outros gastos de financiamento	270 759	270 759	117 079	117 079
		<u>2 002 861</u>	<u>1 112 733</u>	

Os proveitos e ganhos inerentes a juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são detalhados conforme segue:

	2023		2022	
Juros obtidos				
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	-		218	
Financiamentos concedidos a subsidiárias	54 421	54 421	449 903	450 121
		<u>54 421</u>	<u>450 121</u>	

## 21 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2023:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas				0	118 092			0	0
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
	0	0	0	118 092	0	0	0	0	0

## 2022:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			3 889	117 447			20 000	449 903	0
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão									
Outras partes relacionadas									
	0	0	3 889	117 447	0	0	20 000	449 903	0

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

## 2023:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe					0		0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa					0		0
Subsidiárias					0		0
Associadas	0				0	13 092	13 092
Interesses em empreendimentos conjuntos					0		0
Pessoal chave da gestão					0		0
Outras partes relacionadas					0		0
	0	0	0	0	13 092	0	13 092

## 2022:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe					0		0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa					0		0
Subsidiárias					0		0
Associadas	402 549			402 549	153 604		153 604
Interesses em empreendimentos conjuntos					0		0
Pessoal chave da gestão					0		0
Outras partes relacionadas					0		0
	402 549	0	0	402 549	153 604	0	153 604

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2023:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe			0			0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa			0			0
Subsidiárias						
Associadas		102 080 241	102 080 241	-	97 345 121	97 345 121
Interesses em empreendimentos conjuntos			0			0
Pessoal chave da gestão			0			0
Outras partes relacionadas			0			0
	0	102 080 241	102 080 241	0	97 345 121	97 345 121

No presente exercício a Reditus SGPS, empresa-mãe do Grupo Reditus, entendeu dever concentrar na Empresa mãe os movimentos de tesouraria intra-grupo das várias empresas subsidiárias do Grupo Reditus, com o inerente reflexo da rubrica de Empréstimos Concedidos e Obtidos.

2022:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe			0			0
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa			0			0
Subsidiárias						
Associadas		32 306 641	32 306 641	-	29 631 918	29 631 918
Interesses em empreendimentos conjuntos			0			0
Pessoal chave da gestão			0			0
Outras partes relacionadas			0			0
	0	32 306 641	32 306 641	0	29 631 918	29 631 918

## 22 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais a faturar pela auditoria ao exercício de 2023 pelo Revisor Oficial de Contas ascendem a 45.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individualmente e pelas contas consolidadas.

### Negócios com a Entidade

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A empresa não detém qualquer sucursal, tanto em território nacional como no estrangeiro.

### Ações Próprias

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2023, a Empresa não efetuou transações com ações próprias.

Desde 2012 a Reditus SGPS detém em carteira 255.183 ações próprias, representativas de 1,743% do capital social, e que têm um valor nominal de 1,00 euro/cada. Este número manteve-se inalterado no exercício de 2023.

### Dívidas em Mora

Dando cumprimento ao estipulado no Art.º 210 da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo) e nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a sociedade apresenta as seguintes dívidas à Autoridade Tributária e ao IGFSS:

	2023	2022
IGFSS	11 152	39 017
Direção Geral dos Impostos	11 694 400	12 148 408
	<u>11 705 552</u>	<u>12 187 425</u>

## 23 EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Como factos relevantes ocorridos após 31 de Dezembro de 2023 até à data de emissão do presente relatório destacamos:

### PER TECHINFOR

Decorrente do plano estratégico de reestruturação do grupo, que está a ser desenvolvido para a reestruturação do seu passivo global, nomeadamente o passivo bancário, fiscal bem como o operacional, a sua participada Techinfor, submeteu um novo processo “PER - Processo Especial de Revitalização” em novembro de 2023, que foi homologado na data de 7 de junho de 2024, sem o voto favorável da Autoridade Tributária.

O plano de reestruturação apresentado e aprovado pelos credores em cerca de 87%, tem em consideração os pressupostos base no seguimento do anterior PER e de acordo com as medidas base delineadas, pelo que a Administração está confiante no atingimento dos resultados definidos.

### Exclusão das ações da Reditus SGPS da Euronext Lisbon

A partir de 16 de setembro de 2024, por decisão da Euronext, as ações representativas do capital social da Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. serão excluídas de negociação na Euronext Lisbon, conforme comunicado da empresa de 12 de julho de 2024.

### REDITUS GESTÃO

A Assembleia Geral da empresa realizada em 14 de Julho de 2025 que deliberou apresentar à insolvência as empresas participadas:

- ALL2IT
- Techinfor
- Reditus Consulting
- Partblack

Em consequência dessa deliberação, tendo em conta que aquelas empresas são detidas a 100% pela Reditus Gestão, que é assim responsável pelos elevados passivos das mesmas, a referida Assembleia Geral deliberou também apresentar a Reditus Gestão à insolvência.

Face à renúncia de administradores, o Conselho de Administração da Reditus Gestão não tem quórum constitutivo e deliberativo, pelo que as contas apresentadas não foram aprovadas pelo Conselho.

Após vários meses de trabalhos de auditoria, também o Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único da sociedade renunciou ao cargo, invocando a inexistência de Órgão de Administração nomeado nos termos legais e estatutários, não emitindo, consequentemente, a certificação legal de contas

## **24 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Tendo o exercício de 2023 encerrado com um resultado líquido negativo em 160.017.271 euros, propõe-se que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 13 de outubro de 2025



## DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Não nos foi possível proceder ao exame das demonstrações financeiras da **Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, uma vez que, na sequência da renúncia de parte dos membros do Conselho de Administração, não se verifica a existência de quórum constitutivo e deliberativo necessário à respetiva aprovação.

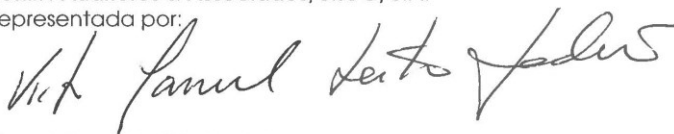
Consequentemente, as contas divulgadas no sítio oficial da sociedade não se encontram aprovadas nem formalmente aceites, atendendo à ausência de assinaturas dos órgãos competentes.

Nestes termos, e face à inexistência de peças da informação financeira consideradas fidedignas, não se encontram reunidas as condições indispensáveis à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas.

Lisboa, 15 de outubro de 2025

**AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.**

Representada por:



Victor Manuel Leitão Ladeiro  
(R.O.C. n.º 651)

AUREN AUDITORES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Inscrição O. R. O. C. n.º 123 Registo C. M. V. M. n.º 20161441 Matrícula C. R. C. Lisboa n.º 12772 Capital € 75 000 NIF/VAT: 503 373 885

Rua Fradesso da Silveira 6, 3.º A  
1300-609 Lisboa / Portugal  
Tel / Fax: +351 213 602 500 / 01  
auren.lisboa@auren.pt

**AUREN AUDITORES**

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS 2023

## **REDITUS SGPS**

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA  
Sociedade Aberta | Sede: Av. 5 de Outubro, 125, loja 2  
1050-052 Lisboa  
Capital Social: 14.638.691,00 Euros  
Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o número único de matrícula  
de Pessoa Colectiva nº 500 400 997

## **ESCRITÓRIOS**

### **PORTUGAL**

Edifício Smart  
Alameda dos Oceanos,  
Lote 1.06. 1. 1 D 2º  
1990-207 Lisboa